



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
PREÂMBULO

Órgão licitante/gerenciador	Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO
Processo Administrativo	20/2020
Modalidade	Pregão Presencial
Tipo de licitação	Menor preço por item
Objeto	Contratação de prestador de serviços (pessoa física e/ou jurídica) para realizar o transporte escolar de alunos da zona rural do ensino infantil, fundamental e médio, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e de alunos universitários, junto à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura para o período do ano letivo de 2020
Regime de execução	Preço unitário por KM rodado
Fundamento jurídico	Lei nº 10.520/2002, Lei nº. 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006
Fone	(64) 3447-7000
Site	www.corumbaiba.go.gov.br
E-mail	licitacaopmcorumbaiba@hotmail.com
Pregoeira	Annabelle Chrystyanny Carneiro Borges Miritz
Da sessão para o recebimento dos documentos e abertura das propostas	
Local	Sede do Poder Executivo Municipal, situada à Rua Simon Bolívar, nº. 58, Centro, Corumbáiba-GO.
Data	29 (vinte e nove) de janeiro de 2020
Hora	07:00 hs, com 15 minutos de tolerância



I - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de prestador de serviços (pessoa física e/ou jurídica) para realizar o transporte escolar de alunos da zona rural do ensino infantil, fundamental e médio, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e de alunos universitários, junto à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura para o período do ano letivo de 2020, conforme especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 1.2. O objeto acima mencionado é composto por 19 (dezenove) linhas/rotas, conforme especificações constantes no termo de referência;
- 1.3. Os participantes poderão cotar todas ou apenas uma ou algumas das rotas (sendo um veículo exclusivo para cada rota) e, para cada qual, haverá etapas de lances separadas;
- 1.3.1. A licitante somente será selecionada para ir à etapa de lances das rotas que cotar de acordo com as especificações mínimas deste edital;
- 1.4. Os veículos deverão atender às exigências constantes das Portarias nº 023/2012/GP/GJUR, alterada pelas Portarias nº 602/2013-GP/SG, nº 353/201-GP/GJUR e 727/2018-GP/DO, e demais alterações posteriores, ambas do DETRAN-GO;
- 1.5. Os ônibus deverão possuir ar condicionado e internet sem fio.

II - DO CONTRATO

- 2.1. As licitantes adjudicatárias terão o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato;
- 2.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, e aceito pelo órgão licitante;
- 2.2. As condições contratuais constam na Minuta do Contrato (Anexo II);
- 2.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará à aplicação da penalidade de suspensão temporária para participar de licitação pelo prazo de 12 (doze) meses além de multa 10% (dez por cento) do valor da adjudicação;
- 2.4. O contrato poderá ser assinado por Procurador devidamente munido do respectivo mandato público ou particular com firma reconhecida;
- 2.5. A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pela adjudicatária, na data da assinatura.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 3.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste edital e seus anexos e leis aplicáveis;
- 3.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o órgão licitante não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 3.4. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia



autenticada por cartório competente ou poderão ser autenticados pela Pregoeira ou por qualquer membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação do original, ou publicação em órgão da imprensa oficial;

3.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas as licitantes credenciadas, bem como os membros da Equipe de Apoio;

3.6. É vedada a participação de empresas ou entes que, pelos documentos de sua constituição, não provarem que se destinam às atividades previstas neste Edital ou a elas se dediquem secundária e/ou esporadicamente;

3.7. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, ou ainda impedidos por força do art. 9º da Lei 8.666/1993, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

3.8. A observância da vedação constante do item anterior e as demais declarações que prestar serão de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se às penalidades cabíveis;

3.9. Não poderão participar direta ou indiretamente da licitação, servidor dirigente do órgão licitante, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do mesmo;

3.10. É vedada a participação de empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

3.11. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;

3.12. As licitantes deverão estar aptas a iniciar a prestação de serviços no início do ano letivo de **2020**;

3.13. É vedada a participação de empresa ou pessoa física que tenha rescindido contrato de prestação de serviços, por inadimplemento contratual, ainda que consensualmente, com qualquer órgão do Poder Executivo Municipal de Corumbáiba-GO até 1 (um) ano antes deste certame.

IV – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, horário e local designados para o recebimento dos envelopes, a licitante deverá credenciar um representante, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a abertura da sessão;

4.2. Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

4.2.1. Carta de Credenciamento e Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo constante do Anexo III;

4.2.2. Cópia autenticada do documento de identidade do representante legal da empresa presente na sessão;

4.2.3. Cópia autenticada do ato constitutivo e sua última alteração, se for o caso;

4.2.4. Se a licitante estiver representada por Procurador, este deverá estar munido de procuração pública ou particular (original ou autenticada), com firma reconhecida do outorgante em Cartório, na qual constem poderes específicos e expressos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;

4.2.4.1. O instrumento de procuração não substitui a Carta de Credenciamento da mesma forma que a Carta de Credenciamento não substitui o instrumento de procuração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

4.2.5. As **Microempresas** ou **Empresas de Pequeno Porte** que **visem o exercício da preferência** previsto na Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial comprobatória de seu enquadramento como ME ou EPP (artigo 8º da IN-DNRC nº 103/2007), lembrando que será vistoriado o prazo de validade e o selo de autenticidade, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação dos documentos ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; e Nota de Esclarecimento ao Contribuinte emitido pelo site da Secretaria da Fazenda do respectivo Estado da sede da licitante, informando o regime de apuração com emissão de até 30 (trinta) dias antes da sessão;

4.2.5.1. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da LC 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste edital; podendo, inclusive, a equipe de apoio fazer diligências para constatar referida situação;

4.3. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada;

4.4. A ausência da licitante credenciada em qualquer momento da sessão sem a anuência expressa da Pregoeira ou da Equipe de Apoio considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira;

4.5. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes de habilitação e proposta;

4.6. A ausência de apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a intervenção da licitante no presente certame, especialmente quanto à oferta de lances verbais e a interposição de recurso; porém a proposta da licitante será considerada no certame, sendo que no caso de não apresentação do ato constitutivo, a licitante deverá incluir o documento no envelope de documentação. Caso não apresente o ato constitutivo perderá o direito de participar do certame;

4.7. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras proponentes;

4.8. A empresa que não credenciar representante poderá participar do certame, enviando o envelope contendo a referida documentação via Correios ou outro agente similar, que deverá ser entregue/protocolado no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Corumbá – GO e dirigido à Pregoeira do respectivo Departamento de Licitação e, nesse caso, não terá direito de participar da fase de lances verbais e não terá direito de opor recurso;

4.9. No caso do item anterior, a empresa deverá enviar declaração que cumpre os requisitos de habilitação.

V - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados com cola e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope 01 – PROPOSTA
Órgão licitante:
Pregão Presencial nº.
Razão social

Envelope 02 – DOCUMENTOS
Órgão licitante:
Pregão Presencial nº.
Razão social



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

5.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pela própria licitante, por seu representante legal ou por seu Procurador.

VI - DA PROPOSTA

6.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em **forma digital e escrita, devendo ser preenchida com os seguintes elementos:**

6.1.1. Razão social ou Nome, endereço completo, CNPJ ou CPF, bem como a qualificação do representante (em caso de empresa) para fins de assinatura do contrato;

6.1.2. Modalidade da licitação e número deste pregão;

6.1.3. Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no termo de referência, contendo as especificações da rota pretendida;

6.1.4. Preço unitário e total por km da rota pretendida, em moeda corrente, grafado em número, nele inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transporte, frete e quaisquer outras despesas;

6.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados do dia da abertura da sessão pública;

6.2. A licitante deverá entregar junto com o edital, arquivo contendo: planilha eletrônica, referente à proposta de preços no formato Excel;

6.3. Será disponibilizado junto com o Edital, arquivo no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Corumbá, contendo planilha eletrônica, referente à proposta de preços no formato EXCEL;

6.3.1. A planilha eletrônica disponível no site não poderá ser alterada, e deverá ser preenchida na coluna “valor unitário”, “valor por extenso” e “além dos dados da empresa licitante”; Não é necessário o preenchimento da coluna “valor total”, pois a planilha já o fará automaticamente;

6.3.2. Na coluna “marca proposta” **NÃO É NECESSÁRIO PREENCHER**;

6.3.3. Ao preencher os dados da empresa licitante no ‘arquivo planilha eletrônica’, não poderá ser utilizado ponto, vírgula ou barra;

6.3.4. A planilha eletrônica devidamente preenchida deverá ser entregue junto com o envelope nº. 01 (proposta), em pen drive ou CD em arquivo único, que também deverá ser entregue impressa, preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante;

6.3.5. A não entrega da planilha eletrônica, bem como da proposta escrita **será motivo para desclassificação**;

6.3.6. Qualquer divergência relevante entre a proposta escrita e a proposta eletrônica poderá ensejar motivo para desclassificação;

6.4. Após a sessão, o pen drive ou CD será devolvido à licitante;

6.5. A falta da planilha em meio eletrônico invalidará a proposta apresentada pela licitante;

6.6. As propostas que estiverem em desacordo com o Edital serão desclassificadas;

6.7. Caso ocorra algum equívoco na cotação de cada item a licitante poderá desistir do item antes do início da fase de lances verbais;

6.8. A proposta escrita deverá ser preenchida conforme modelo constante no anexo V; (o modelo está



disponível no site: www.corumbaiba.go.gov.br em arquivo do word);

6.9. Em caso de discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor unitário por item;

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante proponente desistente às penalidades cabíveis.

VII – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O envelope "Documentos" deverá conter os seguintes documentos, se pessoa jurídica:

7.1.1. Ato constitutivo, estatuto, contrato social ou registro comercial, no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais; Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de Sociedades por Ações; Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedades Cíveis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.1.1.1. Os documentos relacionados no subitem 7.1.1. não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação" se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão;

7.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão do CNPJ);

7.1.3. Certidão negativa de débitos municipais do domicílio ou sede da licitante;

7.1.4. Certidão negativa de débitos estaduais da Unidade da Federação ou documento equivalente do domicílio ou sede da licitante;

7.1.5. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais, dívida ativa da união e previdenciária (certidão conjunta);

7.1.6. Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.1.8. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório Distribuidor do domicílio ou sede da pessoa jurídica ou pelo Tribunal de Justiça respectivo;

7.1.9. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (anexo IV);

7.1.10. Cópia do CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, com o licenciamento anual atualizado, em nome da licitante participante;

7.1.10.1. Para a licitante que não for proprietária do(s) veículo(s) e não possuir contrato(s) de locação do(s) mesmo(s), deverá ser apresentada uma garantia no valor corresponde a 5% (cinco por cento) do valor estimado de cada rota, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.1.11. Cópia da CNH - Carteira Nacional de Habilitação do condutor (categoria "D" ou "E" e idade superior a 21 anos);

7.1.11.1. Quando a CNH do condutor for emitida em outra Unidade da Federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação de CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

7.1.12. Certidão Negativa do Cartório Distribuidor Criminal, expedida no Município de residência ou domicílio do condutor ou pelo Tribunal de Justiça respectivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

- 7.1.13. Certificado de Condutor de Transporte Escolar, somente no caso de não ser averbado na CNH;
- 7.1.14. Laudo de vistoria do veículo em vigência, emitido pelo DETRAN-GO ou por entidade credenciada para vistorias em veículos de transporte escolar;
- 7.1.15. Certidão emitida pelo DETRAN-GO de que o condutor do veículo não cometeu nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infração média durante os doze últimos meses;
- 7.1.16. Cópia de Apólice de Seguro do veículo em vigor;
- 7.1.17. Para rota Inter-Municipal, comprovação de regularidade junto à AGR - Agência Goiânia de Regulação (nesse caso é dispensado o laudo de vistoria do DETRAN-GO);
- 7.1.18. Certificado de Segurança Veicular – CSV para veículos ônibus e micro-ônibus com 11 (onze) até 15 (quinze) anos de fabricação e os demais veículos com 9 (nove) ou 10 (dez) anos de fabricação, utilizados no transporte escolar.

7.2. O envelope "Documentos" deverá conter os seguintes documentos, se pessoa física:

- 7.2.1. O interessado deverá apresentar os documentos relacionados nos itens de 7.1.9 a 7.1.18. e ainda os seguintes documentos:
- 7.2.2. Cópia de comprovante de endereço com no máximo 03 (três) meses;
- 7.2.3. Certidão negativa de débitos Municipais do domicílio ou sede da licitante;
- 7.2.4. Certidão negativa de débitos estaduais da Unidade da Federação ou documento equivalente do domicílio ou sede da licitante;
- 7.2.5. Certidão negativa de débitos Federais;
- 7.2.6. Certidão de quitação eleitoral.

7.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.3.1. A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº. 123/06, art. 48 II, com posteriores alterações trazidas pela Lei Complementar nº. 147/2014 c/c Instrução Normativa IN Nº. 00008/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO **deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências**;

7.3.2. Será concedido à licitante ME e EPP vencedora, encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério da Pregoeira e, desde que solicitado, por escrito, pela licitante.

7.3.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em cópias autenticadas em prazo inferior a 90 (noventa) dias;

7.3.3.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

VIII - DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

8.1. Após o encerramento do credenciamento das licitantes ou de seus representantes, será aberta a sessão do pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novas licitantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

- 8.2.** Aberta a sessão, os credenciados entregarão os 02 (dois) envelopes devidamente lacrados;
- 8.3.** Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, proceder-se-á a verificação de sua conformidade com os requisitos preestabelecidos, e a consequente desclassificação das propostas em desacordo com as normas deste edital;
- 8.4.** Será classificada para a etapa de lances, a proposta de menor preço por item e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço;
- 8.4.1.** Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas nesse edital, serão classificadas as menores propostas subsequentes até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;
- 8.5.** Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, e os demais, em ordem decrescente de valor;
- 8.5.1.** Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de apresentação dos lances;
- 8.5.2.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante;
- 8.5.3.** Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação;
- 8.5.4.** Se houver apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;
- 8.6.** O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas as licitantes, manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;
- 8.7.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06;
- 8.8.** Ocorrendo o empate, e comprovada à condição de ME ou EPP, na fase de credenciamento das licitantes, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.8.1.** A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;
- 8.8.2.** Apresentado novo lance pela ME ou EPP, nos termos do subitem anterior, e atendidas as exigências habilitatórias, o objeto do certame será adjudicado em seu favor;
- 8.8.3.** Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 8.7., na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência;
- 8.8.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs ou EPPs que se encontrarem nesse limite, será realizado sorteio entre essas empresas para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance;
- 8.8.5.** Na hipótese de não contratação da ME ou EPP, o objeto licitado será adjudicado à licitante detentora da



proposta originalmente vencedora da etapa de lances;

8.8.6. Será declarada vencedora do certame a licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, ofertar o menor preço por item;

8.9. Se a oferta de menor preço for considerada aceitável, será aberto o envelope “Documentação” da licitante que a tiver formulado, para confirmação de sua habilitação;

8.10. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora;

8.11. Se a proposta não for aceitável ou a licitante não atender às exigências da habilitação, será examinada a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

8.12. Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço;

8.13. Caso seja necessário, a sessão poderá ser suspensa para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

8.14. Caso seja solicitado pela Pregoeira, a licitante detentora do menor preço deverá encaminhar, no endereço citado à fl.1 deste Edital, a **proposta comercial, AJUSTADA AO PREÇO FINAL**, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, excluído o dia da sessão, sob pena de desclassificação;

8.14.1. O prazo para entrega da proposta poderá ser prorrogado, a pedido da licitante, com justificativa e anuência expressa e escrita da Pregoeira;

8.14.2. Caso seja solicitada a proposta ajustada ao preço final e a licitante não apresentá-la no prazo, esta será desclassificada com aplicação de multa no valor 10% (dez por cento) da proposta inicial;

8.15. Na sessão de julgamento lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, com registro de todos os atos do procedimento e das ocorrências relevantes, assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes.

IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas no termo de referência, neste contrato e no respectivo edital da licitação, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993:

9.1.1. Advertência em caso de atraso de 02 (dois) dias na prestação dos serviços;

9.1.1.1. A advertência de que trata o item anterior será aplicada apenas no primeiro atraso injustificado, a partir do segundo atraso serão aplicadas as sanções a seguir especificadas:

9.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, mais 2% (dois por cento) por dia de atraso, limitado até trinta dias;

9.1.3. Após a aplicação de advertência e da multa, a próxima penalidade será a rescisão contratual com multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato e ainda suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.2. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

9.3. Aplicadas as multas, o Contratante poderá descontá-las no primeiro pagamento que fizer à Contratada.



X - DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 10.1.** Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão;
- 10.2.** O pedido de esclarecimento poderá ser realizado por telefone ou por e-mail;
- 10.3.** Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão;
- 10.4.** Cabe à Pregoeira decidir sobre a petição e responder aos esclarecimentos que porventura sejam apresentados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.5.** Acolhida a petição contra o Edital, caso acarrete mudança que afetará a confecção das propostas de todas as licitantes, será designada nova data para a realização do certame;
- 10.6.** A impugnação deverá ser obrigatoriamente protocolizadas no Departamento de Licitação do órgão licitante, sob pena de não ser conhecida, em horário de expediente em papel timbrado da licitante, assinados pela licitante ou por seu representante e serão dirigidos à Pregoeira;
- 10.7.** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;
- 10.8.** Somente será conhecida a impugnação que estiver acompanhada dos seguintes documentos:
- 10.8.1.** Ato constitutivo e suas alterações, para pessoa jurídica e registro ou inscrição na entidade profissional competente para pessoa física;
- 10.8.2.** Instrumento público ou particular de procuração (com firma reconhecida) ou Contrato Social, que credencie o peticionário, no caso de pessoa jurídica;
- 10.8.3.** Nome, endereço comercial e endereço eletrônico da licitante;
- 10.8.4.** Data e assinatura, esta com a menção do cargo e nome do signatário, com poderes para tal;
- 10.8.5.** Objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- 10.8.6.** Fundamentação do pedido;
- 10.8.7.** Cópia dos documentos pessoais dos sócios, para pessoa jurídica e dos documentos pessoais da própria licitante, no caso de pessoa física;
- 10.9.** Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará no Departamento de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos;
- 10.10.** Não serão considerados impugnações ou recursos em fac-símile, e-mail, correio ou qualquer outro meio eletrônico;
- 10.11.** A decisão a respeito da Impugnação será afixada no Placar do órgão licitante, enviada no endereço eletrônico do impugnante e em caso de procedência do pedido em que altere a formulação de propostas será publicada no site do órgão licitante e ficará disponível aos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitações até a data de abertura da sessão.

XI - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 11.1.** No final da sessão, a licitante que desejar recorrer de qualquer decisão da Pregoeira deverá **manifestar imediata e motivadamente** a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 2 (dois) dias para apresentação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

memoriais, que deverão tratar-se exclusivamente sobre o manifestado na sessão, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.1.1. A manifestação deverá ser reduzida a termo na ata da sessão de julgamento;

11.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso;

11.3. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

11.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento;

11.5. O recurso terá efeito devolutivo e suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.6. A adjudicação será feita por item.

XII - DO REAJUSTE

12.1. Os preços são irrealizáveis durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato;

12.2. Após o prazo a que se refere o item anterior os preços poderão ser reajustados única e exclusivamente para manter o equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito e/ou força maior;

12.3. O reajuste a que se refere o item anterior deverá ser solicitado pela Contratada por meio de petição fundamentada e mediante apresentação de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual;

12.4. Variações módicas e previsíveis de preços não ensejam o direito de solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro.

XIII – DO PAGAMENTO

13.1. O Contratante pagará à Contratada os kms rodados mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente à prestação de serviços, após a emissão da competente nota fiscal.

XIV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. A contratação da prestação dos serviços objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária própria constante nos orçamentos vigentes: 12.361.0017.2.070.3.3.90-36 (Transporte Escolar) e 12.364.0018.2.037.3.3.90.39-74 (Ensino Superior).

XV - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto da licitação será recebido de acordo com as normas constantes no termo de referência e minuta contratual.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

16.2. Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricadas pela Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes;

16.3. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes que não venceram serão entregues aos respectivos representantes ou ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitação do órgão licitante, no mesmo endereço, durante 30 (trinta) dias; após poderão ser destruídos;

16.4. Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pela Pregoeira;

16.5. Integram o presente edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta Contratual;

Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento e Declaração que cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV – Modelo de Declaração que não emprega menor de idade;

Anexo V – Modelo da Proposta de Preços.

16.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Corumbá-GO;

16.7. É facultado ao órgão licitante, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

16.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação;

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site do órgão licitante ou no placar de divulgação dos atos do Poder Executivo Municipal.

Corumbá-GO, 16 de janeiro de 2020.

Annabelle Chrystyanny Carneiro Borges Miritz
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de prestador de serviços (pessoa física e/ou jurídica) para realizar o transporte escolar de alunos da zona rural do ensino infantil, fundamental e médio, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e de alunos universitários, junto à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura para o período do ano letivo de 2020, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação faz-se necessária para garantir o transporte dos alunos da zona rural do ensino infantil, fundamental e médio e de alunos universitários durante o ano letivo de 2020, haja vista que o Município não conta com frota (própria) suficiente para realizar o referido transporte.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A prestação dos serviços a ser contratada enquadra-se na classificação de serviços comuns, portanto, a licitação deverá ser realizada sob a modalidade "Pregão", nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e na forma presencial, já que o órgão licitante não possui um sistema de comunicação via internet com recursos de criptografia e de autenticação que forneçam a segurança necessária para a realização de todas as etapas do processo licitatório na forma eletrônica.

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 2.398,448,40 (dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)**, considerando a quantidade total estimada por Km de todas as rotas com preço unitário especificado no item 4.3 deste termo;

4.2. O custo estimado foi apurado a partir de orçamentos recebidos de alguns prestadores de serviços contratados pelo Município de Corumbáiba para o ano letivo de 2020, bem como de prestadores de serviços de cidades vizinhas;

4.3. Foram apurados os seguintes preços:

Capacidade de passageiros/Veículo	Quantidade de rotas	Total de km ano	Preço médio estimado por Km	Preço médio estimado por ano
de 09 a 12 (Kombi)	08	432.480	R\$ 2,10	R\$ 908.208,00
de 16 (van)	08	419.628	R\$ 2,30	R\$ 965.144,40
46 a 49 (ônibus)	03	119.340	R\$ 4,40	R\$ 525.096,00

4.4. O Município de Corumbáiba adotará para fins de adjudicação como preço unitário máximo por km rodado **R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)** para kombis, **R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos)** para vans e **R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos)** para ônibus, por motivo de conveniência e economicidade da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Administração;

4.5. As rotas foram apuradas conforme a tabela a seguir:

ITEM	ROTA	TRAJETO	KM	VEÍCULO
01	CORUMBAÍBA-COMEDOIRO-SERRA NEGRA I - PONTE QUINCA MARIANO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DO COMEDOIRO, SERRA NEGRA I E PONTE QUINCA MARIANO.	270	16 LUGARES
02	CORUMBAÍBA-BAGAGINHA-CAIEIRA-BÁLSAMO-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA BAGAGINHA, CAIEIRA, BÁLSAMO E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	270	12 LUGARES
03	CORUMBAÍBA-FUNDÃO PINDAÍBA-AREIÃO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DO FUNDÃO, PINDAÍBA E AREIÃO.	303	16 LUGARES
04	CORUMBAÍBA-COMEDOIRO-BALSA-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DO COMEDOIRO, BALSA E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	272	16 LUGARES
05	CORUMBAÍBA-COMEDOIRO-BAIXA VERDE-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DO COMEDOIRO, BAIXA VERDE E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	237	12 LUGARES
06	CORUMBAÍBA-BOM SUCESSO-BÁLSAMO-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DO BOM SUCESSO – BÁLSAMO.	290	12 LUGARES
07	CORUMBAÍBA-BÁLSAMO-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DO BÁLSAMO E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	277	12 LUGARES
08	CORUMBAÍBA-VASSOURA-SÃO JERÔNIMO-AREIÃO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA VASSOURA, SÃO JERÔNIMO E AREIÃO.	297	12 LUGARES
09	CORUMBAÍBA-SERRA NEGRA I-LAJEADO-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO SERRA NEGRA I, LAJEADO E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	267	16 LUGARES
10	CORUMBAÍBA-SERRA NEGRA II-RANCHOS-PONTE QUINCA MARIANO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA SERRA NEGRA II, RANCHOS E PONTE QUINCA MARIANO.	280	09 LUGARES
11	CORUMBAÍBA-SANTA BÁRBARA-AREIÃO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA SANTA BÁRBARA E AREIÃO.	271	12 LUGARES
12	CORUMBAÍBA-PONTE CORUMBÁ-MATINHA-ITAMBÉ-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA PONTE CORUMBÁ, MATINHA, ITAMBÉ E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	237	16 LUGARES
13	CORUMBAÍBA-MOEDA-BURACÃO-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA MOEDA, REGIÃO DO BURACÃO E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	210	16 LUGARES
14	CORUMBAÍBA-MATA ROXA-AREIÃO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA MATA ROXA E AREIÃO.	234	16 LUGARES
15	CORUMBAÍBA-FAZENDINHA-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA FAZENDINHA E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	198	12 LUGARES
16	CORUMBAÍBA-BALSA-ENTRE RIOS-BOCAINA-CORUMBAÍBA	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO À REGIÃO DA BALSA, REGIÃO DE ENTRE RIOS, BOCAINA E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	264	16 LUGARES
17	CORUMBAÍBA-CATALÃO	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO A CATALÃO E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	218 NOTURNO	49 LUGARES
18	CORUMBAÍBA-CALDAS NOVAS	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO A CALDAS NOVAS E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	162 NOTURNO	47 LUGARES
19	CORUMBAÍBA-ARAGUARI	SAINDO DE CORUMBAÍBA EM DIREÇÃO A ARAGUARI E RETORNANDO A CORUMBAÍBA.	205 NOTURNO	46 LUGARES

4.6. O custo em relação à rede municipal e estadual de ensino, bem como aos universitários foi apurado levando-se em conta o período de 204 (duzentos e quatro) dias letivos no ano de 2020.



5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS VEÍCULOS

5.1. Os veículos destinados ao transporte escolar e universitário deverão satisfazer as seguintes condições:

5.1.1. Ser registrados e licenciados como veículo de transporte de passageiros e quanto à categoria, como de aluguel para os veículos locados pelo município ou que realizam transporte particular de escolares;

5.1.2. Seja regularizado na cor branca, com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação para os veículos ônibus e micro-ônibus e com no máximo 10 (dez) anos de fabricação para os demais veículos;

5.1.2.1. Para fins de enquadramento do tipo do veículo, será observado o modelo constante no CRLV do mesmo;

5.1.3. Ter pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais, frontal e traseira da carroceria, com o dístico "ESCOLAR", fonte arial, na cor preta, com 20 (vinte) cm de largura por 30 (trinta) cm de altura;

5.1.4. Possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), em perfeitas condições de funcionamento e com Certificado de Aferição emitido pelo INMETRO, dentro do prazo de validade;

5.1.5. Possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

5.1.6. Possuir cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela Legislação de Trânsito vigente;

5.1.7. Possuir extintor de incêndio com carga de pó ABC, de no mínimo (quatro) kg, fixado na parte dianteira do compartimento destinado aos passageiros;

5.1.8. Possuir limitadores de abertura dos vidros corrediços, de, no máximo, 10 (dez) centímetros;

5.1.9. Possuir dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros, em caso de acidente;

5.1.10. Possuir dispositivos refletivos afixados nas laterais e no para-choque traseiro dos veículos com mais de 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, de acordo com o Apêndice ao Anexo IX, da Resolução nº 445/2013, do CONTRAN, com o texto vigente;

5.1.11. Possuir instalado no veículo, espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente com comprovada eficiência técnica, com as especificações técnicas necessárias quanto à aplicação, à fabricação e à instalação dos dispositivos para visão indireta, de conformidade com os Anexos I, II e III, da Resolução nº 504/2014, do CONTRAN;

5.1.12. Possuir outros requisitos e equipamentos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. Possuir todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos na Legislação de Trânsito;

5.1.12.1. Para o atendimento da exigência disciplinada no item 5.1.3. deste Edital, será admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, sendo vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou a utilização de qualquer outro dispositivo de fácil remoção;

5.1.12.2. Os veículos ônibus e micro-ônibus com 11 (onze) até 15 (quinze) anos de fabricação e os demais veículos com 9 (nove) ou 10 (dez) anos de fabricação, utilizados no transporte escolar, deverá submeter-se anualmente à inspeção técnica em Instituição Técnica Licenciada (ITL), devidamente regularizada no Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), quando será emitido o respectivo Certificado de Segurança Veicular - CSV.

5.1.13. Possuir ar condicionado e internet sem fio, em se tratando de ônibus.



6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada obriga-se a:

- 6.1.1. Estar apta a iniciar a prestação de serviços no dia 03 de fevereiro de 2020;
- 6.1.2. Manter o veículo em perfeito estado de funcionamento, conforme requisitos previstos no item 5 e seus subitens deste termo;
- 6.1.3. Conduzir o veículo e manter as condições previstas na Legislação, especialmente o Código Brasileiro de Trânsito e a Portaria nº 023/2012/GP/GJUR, alterada pelas Portarias nº 602/2013-GP/SG, nº 353/201-GP/GJUR e 727/2018-GP/DO e demais alterações posteriores, ambas do DETRAN-GO;
- 6.1.4. Quando, por motivos de força maior ou caso fortuito, houver a necessidade de substituição do condutor, ainda que por um único dia, a Contratada deverá disponibilizar condutor profissional que possua as mesmas condições que o titular;
- 6.1.5. Responsabilizar-se por todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros que venha a incidir sob a prestação dos serviços;
- 6.1.6. Responder, diretamente, solidariamente ou ainda regressivamente pelos danos causados diretamente ao Município de Corumbá, ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 6.1.7. Substituir o veículo imediatamente, quando o mesmo apresentar qualquer defeito ou estiver em manutenção por qualquer motivo, por veículo em perfeitas condições para realizar o transporte escolar e universitário, sendo proibida a paralisação dos serviços;
- 6.1.8. Arcar com toda a manutenção, reparo, combustível, lubrificantes e demais necessidades normais do veículo;
- 6.1.9. Não transportar passageiros que não sejam estudantes da rede de ensino (Terminantemente proibida a carona);
- 6.1.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 6.1.11. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto na contratação de Motorista para o veículo utilizado para a prestação dos respectivos serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O Contratante obriga-se a:

- 7.1.1. Verificar minuciosamente, no ato da assinatura do contrato, se o veículo e o condutor mantêm as condições estabelecidas na licitação, cuja verificação ficará a cargo do Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira;
- 7.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira;
- 7.1.3. Efetuar o pagamento até o dia 10 do mês subsequente à prestação de serviços, após a emissão da competente nota fiscal;
- 7.1.4. Efetuar mensalmente o controle das rotas e aferir a quilometragem rodada por meio do Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

7.1.5. Oferecer todas as informações necessárias para que a Contratada possa prestar o serviço dentro das especificações técnicas recomendadas;

7.1.6. O pagamento será precedido de consulta pela Secretaria Municipal de Finanças, para verificar a situação da credora perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, INSS (CND) e FGTS (CRF), no caso de pessoa jurídica; e perante os três primeiros órgãos citados no caso de pessoa física;

7.1.7. Supervisionar, fiscalizar, dirigir e acompanhar a fiel execução do presente contrato.

8. MEDIDAS ACAUTELADORAS

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira, servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;

9.3. O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. A contratação da prestação dos serviços objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária própria constante nos orçamentos vigentes: 12.361.0017.2.070.3.3.90-36 (Transporte Escolar) e 12.364.0018.2.037.3.3.90.39-74 (Ensino Superior).

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital e na minuta contratual.

Corumbáiba-GO, 14 de janeiro de 2020.

Fabiane Rezende Martins Carneiro
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Responsável pela elaboração do Termo de Referência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/2020

AS PARTES ABAIXO IDENTIFICADAS TÊM ENTRE SI, JUSTAS E ACERTADO OS TERMOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PELO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 E PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

DAS PARTES:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA, ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.302.603/0001-00, com sede administrativa à Rua Simon Bolívar, nº. 58, Centro, Corumbáiba-GO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, Sr. **WÍSNER ARAÚJO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE** e;

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº., neste ato representada por, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº. e do RG nº., com domicílio à, doravante denominada **CONTRATADA**.

CONTRATADA:, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº. e do RG nº., com domicílio à, doravante denominada **CONTRATADA**.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato decorre de licitação realizada na modalidade Pregão, na forma Presencial, edital nº 001/2020, tipo menor preço por item (rota), homologada em de de 2020, estando às partes vinculadas ao edital da licitação e a proposta de preços, cuja execução e especialmente os casos omissos estão sujeitos às normas do direito privado e as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, ao Código Brasileiro de Trânsito, à Portaria nº 023/2012/GP/GJUR, alterada pelas Portarias nº 602/2013-GP/SG, nº 353/201-GP/GJUR e 727/2018-GP/DO, e alterações posteriores, ambas do DETRAN-GO, cujos termos são irrevogáveis, bem como as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A Contratada compromete-se a realizar a prestação de serviços com veículo próprio/locado no transporte escolar/universitário na quantidade e especificação a seguir discriminada:

Item	Itinerário/especificações da rota	Quant Km dia	Quant Km ano

Parágrafo único – O total de Km anual foi estimado levando-se em conta o período de 204 (duzentos e quatro) dias letivos no ano de 2020.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela prestação dos serviços compreendidos na cláusula anterior o Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ (.....) por Km efetivamente rodado, o que perfaz um total global estimado de R\$(.....), até o dia 10 do mês subseqüente à prestação de serviços, após a emissão da competente nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VEÍCULO

3.1. A prestação de serviços deverá ser prestada com o veículo a seguir especificado:

Marca:	Modelo:
Placas:	Capacidade de passageiros:

CLÁUSULA QUARTA – DO CONDUTOR

4.1. A prestação de serviços deverá ser prestada pelo seguinte condutor:....., portador do CPF e do RG, residente e domiciliado na cidade de ...

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

5.1. Sem prejuízo das responsabilidades a cargo da Contratada e com terceiros, o presente contrato será gerido pelo Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira, servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada obriga-se a:

6.1.1. Estar apta a iniciar a prestação de serviços no dia 03 de fevereiro de 2020;

6.1.2. Manter o veículo em perfeito estado de funcionamento, conforme requisitos previstos no item 5 e seus subitens deste termo;

6.1.3. Conduzir o veículo e manter as condições previstas na Legislação, especialmente o Código Brasileiro de Trânsito e a Portaria nº 023/2012/GP/GJUR, alterada pelas Portarias nº 602/2013-GP/SG, nº 353/201-GP/GJUR e 727/2018-GP/DO, e demais alterações posteriores, ambas do DETRAN-GO;

6.1.4. Quando, por motivos de força maior ou caso fortuito, houver a necessidade de substituição do condutor, ainda que por um único dia, a Contratada deverá disponibilizar condutor profissional que possua as mesmas condições que o titular;

6.1.5. Responsabilizar-se por todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros que venha a incidir sob a prestação dos serviços;

6.1.6. Responder, diretamente, solidariamente ou ainda regressivamente pelos danos causados diretamente ao Município de Corumbáiba, ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.1.7. Substituir o veículo imediatamente, quando o mesmo apresentar qualquer defeito ou estiver em manutenção por qualquer motivo, por veículo em perfeitas condições para realizar o transporte escolar e universitário, sendo proibida a paralisação dos serviços;

6.1.8. Arcar com toda a manutenção, reparo, combustível, lubrificantes e demais necessidades normais do veículo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

6.1.9. Não transportar passageiros que não sejam estudantes da rede de ensino (Terminantemente proibida a carona);

6.1.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.1.11. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto na contratação de Motorista para o veículo utilizado para a prestação dos respectivos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O Contratante obriga-se a:

7.1.1. Verificar minuciosamente, no ato da assinatura do contrato, se o veículo e o condutor mantêm as condições estabelecidas na licitação, cuja verificação ficará a cargo do Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira;

7.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira;

7.1.3. Efetuar o pagamento até o dia 10 do mês subsequente à prestação de serviços, após a emissão da competente nota fiscal;

7.1.4. Efetuar mensalmente o controle das rotas e aferir a quilometragem rodada por meio do Coordenador do Transporte Escolar, Sr. Juarez Aparecido Ferreira;

7.1.5. Oferecer todas as informações necessárias para que a Contratada possa prestar o serviço dentro das especificações técnicas recomendadas;

7.1.6. O pagamento será precedido de consulta pela Secretaria Municipal de Finanças, para verificar a situação da credora perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, INSS (CND) e FGTS (CRF), no caso de pessoa jurídica; e perante os três primeiros órgãos citados no caso de pessoa física;

7.1.7. Supervisionar, fiscalizar, dirigir e acompanhar a fiel execução do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

8.1. Os preços são irrevogáveis durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato;

8.2. Após o prazo a que se refere o item anterior os preços poderão ser reajustados única e exclusivamente para manter o equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito e/ou força maior;

8.3. O reajuste a que se refere o item anterior deverá ser solicitado pela contratada por meio de petição fundamentada e mediante apresentação de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual;

8.4. Variações módicas e previsíveis de preços não ensejam o direito de solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA NONA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

9.1. A Contratada reconhece os direitos do Contratante, em caso de rescisão contratual administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

10.1. O presente Contrato terá **vigência até o dia 18 de dezembro de 2020**, tendo início com sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de interesse mútuo nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. A contratação da prestação dos serviços objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária própria constante nos orçamentos vigentes: 12.361.0017.2.070.3.3.90-36 (Transporte Escolar) e 12.364.0018.2.037.3.3.90.39-74 (Ensino Superior).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão pela Administração, pelos motivos e na forma e consequência prevista nos arts. 7º, da Lei 10.520/02 e arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, aplicando as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da referida lei, no que couber, e os demais diplomas legais aplicáveis;

12.2. A rescisão do contrato poderá ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 80 da citada lei, no que couber ao presente instrumento;

12.2.2. Consensual, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

12.3. A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

12.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, no que couber, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas no termo de referência, neste contrato e no respectivo edital da licitação, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993:

13.1.1. Advertência em caso de atraso de 02 (dois) dias na prestação dos serviços;

13.1.1.1. A advertência de que trata o item anterior será aplicada apenas no primeiro atraso injustificado, a partir do segundo atraso serão aplicadas as sanções a seguir especificadas:

13.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, mais 2% (dois por cento) por dia de atraso, limitado até trinta dias;

13.1.3. Após a aplicação de advertência e da multa, a próxima penalidade será a rescisão contratual com multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato e ainda suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

13.2. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

13.3. Aplicadas as multas, o Contratante poderá descontá-las no primeiro pagamento que fizer à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

14.1. O Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

14.2. No interesse da Administração, o valor inicial dos serviços, objeto deste Contrato, poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUSPENSÃO

15.1. Este Contrato poderá ser suspenso por razões de interesse público, sem que caiba qualquer tipo de indenização à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o foro da Comarca de Corumbáiba-GO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Por razões de interesse público, o itinerário da rota poderá sofrer alterações bem como alteração do local da prestação de serviços;

17.2. Este contrato público de prestação de serviços é regido em todos os seus termos, pelas normas aplicáveis à espécie, esgotando seus efeitos tanto que satisfeitas mutuamente as obrigações das partes.

Por estarem, assim, justas e contratadas assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Corumbáiba, ____ de _____ de 2020.

Município de Corumbáiba-GO
Wisner Araújo de Almeida – Prefeito
Contratante

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Contratada

Testemunhas:

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO ANO 2020

Modelo de Carta de Credenciamento e Declaração que cumpre os requisitos de habilitação

Pelo presente instrumento, credenciamos o representante abaixo identificado para participar do pregão presencial em referência, instaurado pelo Município de Corumbáiba-GO, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, manifestar-se em nome da empresa, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

CNPJ da licitante
Razão social da licitante
CPF do Credenciado
Nome do Credenciado
Cargo/Função	() sócio () procurador

A empresa acima identificada DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Presencial em referência, a teor do inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

Declara, ainda, que não há nenhum fato impeditivo à sua habilitação.

Local e data

Nome da licitante, assinatura e CNPJ

Obs: este documento deverá ser entregue FORA dos envelopes



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal ou credenciado, Sr(a)
_____, portador do Documento de Identidade nº _____
_____ e inscrito no CPF sob o nº _____

DECLARA, **sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). *(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)*

Local e data

Nome da licitante, assinatura e CNPJ

Obs: este documento deverá ser entregue DENTRO DO ENVELOPE 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO.

CNPJ ou CFP da licitante					
Razão social ou nome					
Endereço					
Fone					
Dados para assinatura do contrato						
Nome					
CPF					
RG/órgão expedidor					
Profissão					
Estado civil					
Cargo/função	() sócio/proprietário		() procurador		() preposto	
Dados bancários para pagamento						
Banco					
Agência					
Conta					
Proposta de preços						
Item	Unidade	Itinerário da rota	Quantidade de Km ano	Descrição do veículo	Valor por Km	Valor total
Indicar o número do item	Km	Descrever	Descrever	Marca:..... Modelo:..... Ano de fabricação:..... . Placas: Capacidade de passageiros:.....	R\$.....	R\$.....

Nos campos item, itinerário e quantidade de Km ano vide item 1.1. do Termo de Referência

Local e data
Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias
Nome e assinatura do proponente

Obs: este documento deverá ser entregue DENTRO DO ENVELOPE 1.
Preencher também a planilha eletrônica disponibilizada no site www.corumbaiba.go.gov.br